

4468

172

# Empresa terá de defender os tembés

PRESIDENTE DA FUNAI MEDIA NEGOCIAÇÃO COM A PARÁ PIGMENTOS

Com o objetivo principal de proteger as terras indígenas Tembê, Turé Mariquita e a área domínial Urumatewa e suas comunidades, todas elas contidas no polígono de influência do projeto de exploração de caulim desenvolvido pela empresa Pará Pigmentos S/A, nos municípios de Ipixuna do Pará e Tomé-Açu, celebraram convênio ontem, na sede da Funai, em Belém, a Fundação Nacional do Índio, a Pará Pigmentos S/A e a Associação Indígena Tembê de Tomé-Açu. Orçado em R\$ 669 mil, para aplicação em cinco anos, o programa beneficia 135 índios - 82 tembés, 48 turés e cinco urumatewas - que residem em 1.221 hectares de terras localizadas na área de influência do projeto caulim.

Júlio Marcos Germano Gaiger, presidente da Funai, após assinar o documento, definiu o convênio como um instrumento indispensável à execução do Termo Compromisso nº 02/94 e seus aditivos, que determinam a proteção das áreas indígenas, com base em disposições e nas recomendações contidas no diagnóstico etno-ambiental da área e nos estudos de impacto ambiental do projeto de exploração do caulim.

O Termo Compromisso e os diversos aditivos a que se referiu o presidente da Funai obrigam a empresa Pará Pigmentos a executar ações de proteção às comunidades indígenas afetadas pelo projeto. As ações que deverão ser implementadas estão contidas no Programa Tembê, um conjunto de medidas que deverão ser executadas em cinco anos, de acordo com os

princípios básicos de ações indígenas e auto-sustentáveis, conforme as necessidades das terras indígenas afetadas.

O Programa Tembê prevê ações de apoio à implantação de produção auto-sustentável; educação e organização etno-política; saúde e nutrição; saneamento básico; proteção ambiental e demarcação física das áreas. Entre as obrigações da Pará Pigmentos, listadas no convênio, está a complementação salarial de dois professores e dois monitores de saúde, através de convênio com a Prefeitura de Tomé-Açu.

Também compete à empresa a responsabilidade pelos recursos humanos e financeiros necessários à execução de projetos de proteção ambiental, melhorias das condi-

ções de saneamento básico; aquisição de máquinas e equipamento para apoio à produção agrícola; indicação e credenciamento de funcionários que terão acesso à faixa de servidão do mineroduto, cujos nomes devem ser informados previamente à comunidade indígena Tembê e à Funai; além de responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados por ação ou omissão de seus prepostos, que eventualmente venham a ocorrer no interior das terras indígenas, decorrentes da má execução dos serviços.

À Funai compete fiscalizar e avaliar a execução do convênio, através da administração regional de Belém, e indicar um representante da administração regional para coordenar e responder pelos assuntos referentes ao convênio. Além disso, a Funai está obrigada a dispor de recursos humanos e financeiros para a implantação de outros projetos estabelecidos no Programa Tembê.

Os índios contribuem com a mão-de-obra necessária à execução dos projetos. Após a assinatura do convênio, considerado pelo presidente da Funai como um capítulo novo no relacionamento dos índios com a iniciativa privada, o cacique Lúcio Tembê, numa crítica explícita à morosidade da burocracia branca, disse que os índios queriam menos papel e mais ação. Referindo-se à demora na implantação do Programa Tembê, que vem sendo elaborado e discutido desde 1992, Lúcio Tembê disparou: "Índio num qué sabê de papé. Índio qué tratô".

CRISTINO MARTINS



Gaiger: capítulo novo na relação

CRISTINO MARTINS



Índios, empresa e Funai dialogam antes da assinatura: os tembés não querem papel; querem trator